

História da Educação no Brasil

Desafios e Perspectivas

Ivone Goulart Lopes
(Organizadora)





HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Ivone Goulart Lopes
(Organizadora)

Editora Chefe

Antonella Carvalho de Oliveira

Conselho Editorial

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior
Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto
Universidade Federal de Pelotas

Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua
Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Lina Maria Gonçalves
Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa
Faculdade de Campo Limpo Paulista

2016 by Ivone Goulart Lopes

© Direitos de Publicação

ATENA EDITORA
Avenida Marechal Floriano Peixoto, 8430
81.650-010, Curitiba, PR
contato@atenaeditora.com.br
www.atenaeditora.com.br

Revisão
Os autores

Edição de Arte
Geraldo Alves

Ilustração de Capa
Geraldo Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História da educação no Brasil : desafios e perspectivas /
Ivone Goulart Lopes, (organizadora). –
Curitiba, PR : Atena Editora, 2016.
2.926 Kb ; PDF ; 138 p.

Vários autores.
Bibliografia.

ISBN: 978-85-93243-05-9

1. Artigos 2. Educação – Brasil 3. Educação – Brasil -
História I. Lopes, Ivone Goulart.

16-08963

CDD-370.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Educação : História 370.981

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-93243-05-9



Apresentação

Neste livro, apresentamos uma gama de artigos diretamente vinculados aos desafios e perspectivas da história da educação. Eles nos permitem ter uma ideia abrangente do estado da arte desta área em termos nacionais e colaborarão para o seu desenvolvimento, que é seu principal objetivo.

É precioso e indispensável atentarmos bem para a história da educação; sem sombra de dúvida, aquele que ignora a história corre o risco de repeti-la em seus desacertos.

Uma leitura dinâmica, feita no sumário deste livro lhe mostrará a policromia de abordagens e os recortes de visão que esta obra encerra. O livro está organizado em nove capítulos que tratam dos desafios e perspectivas da História da Educação nacional. Pontos de vista divergentes, experiências complementares, posicionamentos questionadores perpassam as páginas deste livro como espelhamento do processo histórico vivido.

Um agradecimento especial a todos que colaboraram com seus textos para este livro. Vocês nos ofereceram uma visão panorâmica da história da educação numa época tão incerta quão plena de esperança.

Hoje, em nosso país, não parece garantida a atenção que a ação educativa merece. Tem-se a impressão que estamos vivendo num inverno educativo, defrontamo-nos com reducionismos antigos e novos, com práticas educativas efêmeras, “modelos que sofrem de insuficiência cardíaca, propostas de pressão baixa, carentes de sonhos e projetos” (Di Cicco). Há quem aposta tudo no requinte de novos métodos e técnicas, esquecendo-se que é justamente o “suplemento de alma” o que reanima, apaixona, entusiasma. A cultura - mas qual cultura? - é o contexto fértil para o educador em dia com o seu tempo.

A história pode ser definida como a “ciência do tempo”. Navegando pelos estudiosos da história colhe-se muito rapidamente o entendimento seguinte: a história é o fato e suas interpretações. A partir deste entendimento, tiramos outra conclusão: a história não consegue ser reduzida a uma “racionalidade objetiva”. Ela exige, a cada tempo, novos olhares, exatamente por padecer de interpretações enriquecedoras.

O coração não pode ser um simples verbete no dicionário das ciências da educação. Ele está no centro das ações educativas, em todos os seus níveis e com todas as suas problemáticas, insucessos e esperanças.

Oxalá este trabalho, realizado conjuntamente a incontáveis mãos, ajude a todos os pesquisadores e estudiosos a enfrentar os desafios dos novos tempos nas múltiplas realidades brasileiras.

Com a expectativa de que uma leitura proveitosa por parte de todos aqueles que se ocupam com o ensino e a pesquisa educacional, em especial da História da Educação contribua para subsidiar novos estudos e embates na área, é o que pretendemos.

Cumpre saudar a Editora Atena pela decisão de publicar esta obra que irá permitir seu acesso a um maior número de estudiosos do campo educacional.
Boa leitura!

Profª Drª Ivone Goulart Lopes
Membro: ACSSA-seção Brasil; GEPHEM-OPO/Uneouro-RO; GPAE/IFRO-Cacoal;
MNEMOS/ UNIR-RO.

Sumário

Apresentação.....	04
<u>Capítulo I</u>	
POR ENTRE CAMPAINHAS E CORREDORES: ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO NO GRUPO ESCOLAR CÉSAR BASTOS (1947-1961)	
Maria Aparecida Alves Silva e Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro.....	08
<u>Capítulo II</u>	
RAÍZES FINCADAS E SONHOS EMBALADOS: EDUCADORAS SALESIANAS EM CAMPOS/RJ	
Ivone Goulart Lopes.....	21
<u>Capítulo III</u>	
CIDADANIA E CIVISMO NA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS NO PERÍODO DE INFLUÊNCIA DE ANÍSIO TEIXEIRA (1952-1971)	
Maria Augusta Martiarena de Oliveira e Berenice Corsetti.....	34
<u>Capítulo IV</u>	
CULTIVAR O ESPÍRITO, FORMAR O CARÁTER”: IDEOLOGIA DO PROGRESSO E A CONSTRUÇÃO DO CIDADÃO REPUBLICANO NOS GRUPOS ESCOLARES DA CIDADE DE SANTOS	
André Luiz Rodrigues Carreira.....	46
<u>Capítulo V</u>	
ALFABETIZAÇÃO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: CULTURA ESCOLAR NA REGIÃO NOROESTE PAULISTA (1960-1970)	
Renata de Sampaio Valadão e Estela Natalina Mantovani Bertoletti.....	60
<u>Capítulo VI</u>	
CURRÍCULO E HISTORICIDADE: A DISCIPLINA HISTÓRIA DO MARANHÃO NO SISTEMA PÚBLICO ESTADUAL DE ENSINO (1902 – 2013)	
Dayse Marinho Martins.....	76
<u>Capítulo VII</u>	
MULHERES, EDUCADORAS E COM UMA FÉ DIFERENTE: OS ENCONTROS DE LAURA AMAZONAS E NEYDE MESQUITA	
Rosemeire Siqueira de Santana e Josineide Siqueira de Santana.....	90

Capítulo VIII

ESTADO DO CONHECIMENTO: O QUE TRAZEM OS RECENTES ARTIGOS
SOBRE O LIVRO DIDÁTICO, DE 2009 A 2013

Cassia Helena Guillen Cavarsan.....104

Capítulo IX

O CAPITAL-IMPERIALISMO COMO FORMA DE DISCURSO DOS EDUCADORES
DO SÉCULO XX: O CASO DE PASCHOAL LEMME E PAULO FREIRE

Daniel Luiz Poio Roberti.....119

Sobre a organizadora.....134

Sobre os autores.....135

Capítulo VI

CURRÍCULO E HISTORICIDADE: A DISCIPLINA HISTÓRIA DO MARANHÃO NO SISTEMA PÚBLICO ESTADUAL DE ENSINO (1902 – 2013)

Dayse Marinho Martins

CURRÍCULO E HISTORICIDADE: A DISCIPLINA HISTÓRIA DO MARANHÃO NO SISTEMA PÚBLICO ESTADUAL DE ENSINO (1902 – 2013)

Dayse Marinho Martins

Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas PGPP.

São Luís - MA

Resumo: Pesquisa centrada na análise histórica do percurso de legitimidade e desenvolvimento da disciplina História do Maranhão no currículo da rede pública de ensino estadual a partir do ano de 1902, quando foi estabelecida a disciplina, no currículo da Escola Normal, em São Luís - MA. Objetiva-se analisar como a disciplina História do Maranhão vem sendo ministrada no sistema estadual de ensino por meio do currículo oficial. Para tanto, são consideradas as contribuições dos estudos sobre a Nova História, especificamente em História Cultural. A análise sobre Currículo se fundamenta nos princípios teórico-metodológicos da Nova Sociologia da Educação através da História das disciplinas escolares de Ivor Goodson e André Chervel que ressalta o aspecto político do currículo, bem como o caráter de tradição presente na implantação das disciplinas escolares. A pesquisa é qualitativa, tendo como método de abordagem, o hipotético-dedutivo; e o comparativo como método de procedimento. Para tanto, utiliza-se, enquanto fontes: Regulamentos do ensino público entre 1902 e 1915, os jornais “A Pacotilha” e “Diário do Maranhão” periódicos da primeira década do século XX, os principais livros didáticos abordados na disciplina e a proposta curricular da rede estadual de ensino do ano de 2013. Por meio do estudo, identifica-se a concepção de História que norteou a abordagem da disciplina e seus desdobramentos na formação do aluno a partir de pressupostos da história local. Assim, contribui-se para a escrita de uma nova História da Educação Maranhense com base na interpretação do currículo escolar e sua relação com a cultura local.

Palavras-chave: Currículo; História das disciplinas escolares; História do Maranhão.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é parte da pesquisa realizada para elaboração da dissertação de mestrado no âmbito da Pós-graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão, enfocando a análise histórica o percurso de legitimidade e desenvolvimento da disciplina História do Maranhão no currículo da rede pública de ensino. A investigação abordou em sua problemática, como a disciplina História do Maranhão vem sendo ministrada no currículo estadual de ensino.

Para tanto, se fundamentou nas contribuições da análise sobre Currículo pelos princípios teórico-metodológicos da Nova Sociologia da Educação através da História das disciplinas escolares de Ivor Goodson e André Chervel que ressalta o aspecto político do currículo bem como o caráter de tradição presente na implantação das disciplinas escolares aproximando o estudo em História da

Educação à pesquisa histórica. Este ponto do estudo trata do processo de implantação da disciplina História do Maranhão no ensino estadual através do currículo da Escola Normal em 1902.

2. A HISTÓRIA DAS DISCIPLINAS ESCOLARES

A instituição de uma disciplina escolar não caracteriza um processo técnico de inclusão de um componente curricular no programa de determinado sistema educativo. O currículo está vinculado a representações de poder, denotando alcance sociopolítico na organização de conteúdos, sendo veículo de ideologia, da filosofia e da intencionalidade educacional. As disciplinas escolares possuem caráter de tradição à medida que estabelecem invenções, construções institucionalmente forjadas com base em sistemas de crenças e valores no contexto histórico de uma sociedade (HOBBSAWN, 2012).

Conforme Julia (2001, p. 33), “as disciplinas escolares não são nem uma vulgarização nem uma adaptação das ciências de referência, mas um produto específico da escola”. Ao mesmo tempo em que uma disciplina escolar representa a institucionalização de um conhecimento de cunho científico na educação formal, ela não se restringe a um complexo de conteúdos selecionados.

A definição do *corpus* disciplinar perpassa pelo aspecto político que enfoca os objetivos do ensino em uma sociedade. “Os processos sociais que envolvem a produção do significado do conhecimento disciplinarizado assumem diferentes sentidos em função das múltiplas e variadas contingências históricas” (LIBÂNEO, & ALVES 2012, p. 230). A atribuição de significados a uma disciplina escolar, portanto, abrange um processo relacional por meio de disputas no meio social acerca do que é válido para se estudar em determinado contexto histórico. Paralelamente, caracteriza-se como diferencial diante do processo de definição do que está apto a ser selecionado para compor o discurso de uma disciplina.

A pesquisa em história das disciplinas escolares contribui, portanto, na realização do inventário das práticas de instituição do conhecimento disciplinarizado demarcando suas rupturas e permanências. Considerar a dimensão política na construção do currículo traçando a história das disciplinas escolares permite desvelar no cotidiano dos sistemas educacionais, os elementos propulsores de uma sociedade e suas conjunturas.

Convém examinar atentamente a evolução das disciplinas escolares, levando em conta diversos elementos que, em ordem de importância variada, compõem esta estranha alquimia: os conteúdos ensinados, os exercícios, as práticas de motivação e de estimulação dos alunos, que fazem parte destas ‘inovações’ que não são vistas, as provas de natureza quantitativa que asseguram o controle das aquisições (JULIA, 2001, p. 34).

A análise histórica do currículo problematiza a desmistificação de determinadas disciplinas elucidando os elementos sociais e políticos que influenciam

na seleção de conteúdos e por sua vez, nas tradições que legitimam a coesão do grupo social ao qual pertence o sistema educativo. A ampliação das capacidades humanas pela via da formação escolarizada surge como instrumento vinculado a condições ideológicas e materiais. Isso demonstra, portanto, a importância de uma pesquisa educacional crítica que reconheça nas escolas a construção de significados por meio das formas de poder.

Grupos sociais, ambientes e contextos sociais inteiramente novos, ou velhos, mas incrivelmente transformados, exigem novos instrumentos que assegurem ou expressem identidade e coesão social, e que estruturam relações sociais. Ao mesmo tempo, uma sociedade em transformação torna as formas tradicionais mais difíceis ou até impraticáveis. (HOBBS & RANGER, 2012, p. 328).

Torna-se imprescindível caracterizar o contexto histórico de implantação de uma disciplina escolar. A análise da conjuntura social e política permite notar que aspectos incidem sobre a inclusão e delimitação de conteúdos nos currículos dos sistemas de ensino bem como nos padrões de permanências e rupturas impressos no saber disciplinarizado.

3. A CRIAÇÃO DA DISCIPLINA ESCOLAR HISTÓRIA DO MARANHÃO

Nesse sentido, o período que compreende a implantação da História do Maranhão como disciplina escolar corresponde à primeira década do século XX, tradicionalmente denominado pela historiografia nacional como Primeira República. Caracteriza, portanto, um contexto de reformulações no campo da instrução pública maranhense.

Nesse contexto, surge a figura política de Benedito Leite que no período de 1893 a 1908, definiu os moldes do governo no Maranhão, traçando medidas e reformas administrativas executadas por aqueles que ocupavam o cargo de governador. Na administração da instrução pública, ressalta-se sua parceria com Barbosa de Godóis, advogado que dedicou sua vida ao setor educacional no Maranhão. É através da atuação de ambos que surgem avanços no sistema de ensino público na primeira década republicana.

No cenário nacional, destacam-se as reformas implementadas com o início da República pelo governo Federal. Dentre elas, a Reforma Benjamin Constant ocorre por meio do Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890 que, embora limitada ao Distrito Federal, constituiu-se em referência para a organização do ensino nos Estados. Fundamentada em moldes positivistas, direcionou a composição dos currículos enfocando aspectos científicos. O objetivo da reforma era superar o ensino de cunho humanístico enquanto herança da educação jesuítica com influência em São Tomás de Aquino, pela qual se ressaltava o princípio filosófico da essência universal e imutável. A concepção positivista de Benjamin Constant superava a ideia de uma essência vinculada a Deus e enfocava a natureza humana,

racional, considerando a escola pública, instituição laica, gratuita e universal (SAVIANI, 2011).

Diante desse quadro, foram estabelecidos no Maranhão regulamentos para organização do sistema de ensino. O governo de José Thomaz da Porciúncula institui em 1890 um decreto direcionado à instrução pública, dividindo-a em primário, secundário e técnico. “Esse decreto, mantinha o Liceu com a introdução de algumas reformas em sua organização, cria a Escola Normal, um Conselho Superior de Instrução Pública e um Instituto Técnico” (ANDRADE, 1984, p.30).

As alterações no campo educacional do Maranhão se fundamentavam no movimento reformista nacional centrado no discurso do progresso pela urbanização e industrialização. Até então, o ensino secundário maranhense vinculava-se ao Liceu, criado em 1838, único estabelecimento de ensino secundário na Província (CABRAL, 1984). Numa perspectiva propedêutica, enfocava o acesso ao ensino superior fora do Estado para filhos de famílias privilegiadas.

A Escola Normal promovia nesse período suas ações iniciais. Após várias iniciativas de implantação de cursos para a formação de professores e mediante a necessidade requerida pelo contexto, a Escola Normal foi criada anexa ao Liceu, compartilhando docentes e algumas disciplinas. “O curso tinha duração de três anos e podia ser frequentado por alunos dos dois sexos” (SALDANHA, 2008, p. 115). Os objetivos da Escola Normal previam “não só instruir os alunos professores, mas também exercita-los na maneira prática de ensinar, educando-os na metodologia peculiar a cada uma das disciplinas” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 24 jul. 1890).

Em comparação ao período anterior, os currículos de 1890 do Liceu e da Escola Normal apresentam uma composição de disciplinas mais cientificista do que literária. “Enquanto os estabelecimentos de ensino vinculados às instituições religiosas dedicaram-se a uma educação mais humanística, os estabelecimentos sob orientação positivista implementaram um ensino de caráter mais técnico” (STEPHANOU & BASTOS, 2011, p.170).

Apesar de ter representado um avanço na instrução pública maranhense, a Escola Normal sofreu os impactos das problemáticas que assolavam o Estado no período após a Proclamação da República. “Por essa época, a crise econômica que se abateu sobre o Estado, repercutiu sobre o sistema educacional prejudicando a sua consolidação e dificultando ainda mais sua expansão” (ANDRADE, 1984, p. 31). Mesmo diante dos esforços realizados para sua criação e funcionamento, a Escola Normal foi, muitas vezes alvo de campanhas visando a sua extinção em virtude da pequena produtividade.

Era um instituto incompleto, por muitos motivos, entre os quais avultavam a deficiência dos programas para o objetivo visado, a falta de aparelhamento didático adequado, o ridículo ordenado dos mestres, quase todos os professores do Liceu que recebiam dezesseis mil réis mensais por esse acréscimo de serviço. Assim organizada, ela nunca poderia preparar professores em número suficiente para a transformação do magistério maranhense, carreira ingrata e cheia de privações para os que a abraçavam [...] nestas condições, a Escola Normal só podia ter sido o que, de fato,

conseguiu ser. Com um curso de três anos, formou num quadriênio, isto é, em duas turmas, apenas cinco professoras normalistas [...] nenhuma delas foi aproveitada no magistério: no interior do Estado, porque lhes não ofereciam vantagens (VIVEIROS, 1957, p. 165 – 166).

Em meio a essa conjuntura, Benedito Leite assume o desafio de impedir a extinção da Escola Normal, sugerida pelos políticos na perspectiva de saneamento das despesas estaduais. Em seu mandato de deputado no ano de 1895, com base no discurso liberal da educação redentora, defende a crença na formação do professor primário como objeto propulsor de revitalização da Escola Normal. Assim, institui em sua reforma no sistema educativo, a criação de uma escola de aplicação; posteriormente denominada Escola Modelo, dirigida por Barbosa de Godóis.

Deu-se-lhe novo corpo docente, escrupulosamente escolhido sem atender a credo político, na intelectualidade maranhense, e cometeu-se-lhe a direção ao maior pedagogo maranhense de seu tempo _ o Dr. Almir Parga Nina. Dotou-se-lhe de material didático de primeira ordem, modernizaram-se-lhes os métodos de ensino. Anexou-se-lhe um curso de aplicação [...] foi transformada num instituto de ensino modelar, que constituía honra de nossa terra e orgulho de nossa gente e para onde levávamos, com justificada vaidade, nossos visitantes (VIVEIROS, 1957, p. 172).

A primeira década republicana caracteriza, portanto, um contexto de reformulações no campo da instrução pública maranhense. Para tanto, o discurso educacional enfoca a transição de uma concepção mnemônica de ensino para uma perspectiva cientificista a partir da ideologia positivista de educação pelo progresso.

É nessa conjuntura que se pode perceber como se forjou a tradição representada pela implantação da História do Maranhão como disciplina escolar. Os programas curriculares estabelecidos para o ensino secundário no Liceu e, posteriormente, na Escola Normal, caracterizam o ensino de História. De início, focado no estudo da formação social e política no Ocidente, sua reorganização possibilitou desdobramentos da disciplina com a inclusão de conteúdos nacionais e, por conseguinte, regionais.

A disciplina denominava-se História Universal, caracterizando-se pela exposição da formação da sociedade ocidental numa trajetória de perspectiva evolucionista fundada em aspectos eurocêtricos. Os temas compreendiam os períodos da Antiguidade, Idade Média, Modernidade e Idade Contemporânea.

A exposição era realizada pelo professor e lida pelo aluno que, em seguida, faria o resumo. Esse resumo seguia um roteiro apresentado como 'Quadro Sinótico', dividido em 'personagens', 'atributos', 'feitos e acontecimentos' e 'datas'. O método exigia decoração, mas requisitava, pela produção do quadro sinótico, outros esquemas comparativos e analógicos que, por sua vez, auxiliavam na memorização do que era considerado essencial no aprendizado da História (BITTENCOURT, 2004, p.124).

No advento da República, a disciplina História permaneceu enfocando a construção da memória nacional e objetivando a formação da nacionalidade centrada no ideário republicano. “Ainda que essa disciplina tivesse sofrido mudanças em seus conteúdos e métodos, sua finalidade principal não fora modificada, qual seja a de contribuir, fundamentalmente, para a constituição de identidades nacionais” (BITTENCOURT, 2004, p. 76).

A matriz epistemológica do ensino de História, nesse momento, se pautava no modelo francês. Abordava, em seus conteúdos, os grandes acontecimentos e as ações dos homens considerados heróis, denotando a influência positivista nesta área de conhecimento. Desse modo, a disciplina História no período republicano foi subdividida em História Universal e História do Brasil.

A disciplina História do Brasil abordava um conjunto de informações referentes à nação utilizando as ações dos chamados grandes heróis. Partia dos estudos referentes aos descobrimentos marítimos realizados pelos portugueses e espanhóis. O roteiro era encerrado com a apreciação dos fatos vinculados à proclamação da república: ao dia “15 de novembro” (GASPARELLO, 2004). Cabia ao professor, transmitir o “sentimento da terra e da gente” através de uma narrativa distinta daquelas pontuadas apenas por nomes e datas, típica dos anais e memórias do Império. Para tanto, a escrita e o ensino da história-pátria deveriam além de relembrar os fatos, exaltar seus protagonistas contribuindo para a integração do povo brasileiro por meio de modelos de conduta, fomentando a nacionalidade projetada pela República (BITTENCOURT, 2002).

O processo de reconfiguração da disciplina História com a República fica visível na comparação dos programas curriculares previstos para o Liceu Maranhense em sua implantação ainda no Império e sua reforma já na primeira década republicana. Notam-se inclusões de disciplinas pautadas no cientificismo e, no caso da História, seu desdobramento com a inclusão da História do Brasil.

Em sua implantação, o Liceu apresenta a disciplina História Universal nos moldes supracitados. “O currículo do Liceu fortalecia a literatura e a história com um ideal humanista personificada pela Grécia, Roma e França, o que pode estar ligado ao convencimento de nossos intelectuais, quanto à opção pela cultura europeia” (RIBEIRO, 2014, p. 73). Nota-se a ênfase no padrão europeu como modelo a ser exaltado. A referida concepção pode ser percebida ainda nos anúncios de aulas particulares presentes nos jornais da época:

O abaixo assignado acaba de abrir na casa de sua residência, aulas de primeiras letras. O programma das ditas aulas é o mesmo adaptado nas do ensino público. Também se propõe a ensinar, matérias de cursos preparatórios tais como: latim rudimentar, francês, geographia e historia universal. Mariano Cesar de Miranda Leda (DIARIO DO MARANHÃO, 12 jun 1880, grifo nosso).

Na equiparação ao Ginásio Nacional, Viveiros (1954, p.23) refere que “foi completado o curso de belas letras com uma cadeira de História antiga, média e moderna, com especialidade do Brasil”. A reorganização curricular denota, nesse

sentido, a inclusão da abordagem sobre a História do Brasil como indício do foco na identidade nacional proposto pelos intelectuais da República. O referido processo também pode ser percebido no currículo da Escola Normal. Em sua implantação, assim se configurava o programa:

Ao ser estabelecida no contexto da reforma que previa uma postura inovadora à instrução pública e vinculando-a ao progresso do país, a organização curricular da Escola Normal já demonstra a oferta da disciplina História do Brasil. O programa de estudos apresenta a disciplina no 1º Ano do curso. Porém, ainda permanece com a ênfase nos conteúdos de História Universal nos outros anos. Com a reforma Benedito Leite em 1895, surgem alterações no Regulamento da Escola Normal publicado em 1896. O currículo passa a privilegiar os componentes humanísticos na formação das professoras.

Ocorre, portanto, a inclusão da História Natural num sentido de fundamentação das bases científicas na formação das normalistas: influência da concepção positivista. No âmbito do conhecimento histórico, permanece a História Universal, assim como a História do Brasil com a seleção de conteúdos abaixo especificada:

Historia – as civilizações antigas, a grega e a romana; idade media, moderna e contemporânea (noções muito geraes). Mencionar-se-ão os acontecimentos políticos, scientificos, litterários e artisticos de cada época memorável; serão expostas as causas que determinaram o progresso ou o estacionamento da civilização nos grandes períodos históricos, apreciados os homens extraordinários que cooperavam para as revoluções da humanidade [...] noções da historia dos povos americanos especialmente do Brazil, devendo ser a principal preocupação no ensino, a historia pátria, educativa e despertadora do sentimento nacional (DIÁRIO DO MARANHÃO, 8 mar 1900).

Diante desse contexto, cabe ressaltar o pequeno detalhe representado pelo acréscimo da expressão “especialmente do Maranhão”. Apesar de breve referência, a presença de tal observação no título da disciplina História do Brasil revela o interesse dos intelectuais vinculados à instrução pública maranhense do período, em fomentar o estudo de aspectos da História Regional.

Como parte do processo de reestruturação da Escola Normal a partir da Reforma promovida por Benedito Leite, em março de 1900, o programa de ensino da instituição é reconfigurado. A referida ocasião é marcada pela instituição de uma disciplina específica no campo da História voltada para a abordagem de aspectos regionais. E assim, observa-se no programa curricular de uma instituição pública maranhense de forma pioneira, a disciplina História do Maranhão. A atribuição de ministrar as aulas do referido componente ficou a cargo do Prof. Antonio Baptista Barbosa de Godóis, sendo suas ausências em caso de viagem de estudos, supridas pelo “cidadão Antonio Francisco Leal Lobo” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 9 abr 1900).

A disciplina História do Maranhão foi incluída na programação do 3º ano da Escola Normal. Nesse quadro, percebe-se a organização da História partindo da Geral, passando pela nacional até o estudo regional. De acordo com Godois (1904),

a reforma do instituto culminou com o início do curso de História do Maranhão em 1902, enquanto matéria separada da História do Brasil. O autor relata o caráter de continuidade da disciplina ao mencionar a História do Brasil como seu pré-requisito, considerando-a “inseparável da história geral da nação” (GODOIS, 1904, p.V).

Além disso, ele deixa transparecer o caráter experimental da disciplina ao caracterizá-la como específica do currículo da Escola Normal, sendo ministrada com base em preleções. Nota-se nesse ponto, o caráter intempestivo da implantação desse componente curricular diante da afirmação de Godois sobre “o pouco tempo que teve para o curso e as preleções” (GODOIS, 1904, p.VI).

O processo de instituição da disciplina não demonstra, portanto, planejamento prévio por parte dos intelectuais. Godois, por sua vez, assume a regência em virtude de sua experiência no trabalho com as disciplinas História Geral e do Brasil, cabendo-lhe a seleção dos conteúdos nas preleções. O protagonismo de Barbosa de Godois na criação da disciplina pode ser conjecturado a partir do alerta deste intelectual sobre a necessidade de reorganização da disciplina de História do Brasil e História dos povos americanos no relatório da Escola Normal sobre o ano de 1899.

Não podia distrahir com outra materia o ensino da Historia patria, não me parecia pedagogico misturar lições dessa disciplina com a da Historia dos povos americanos [...] Resolvi, pois, fazer uma aula subsidiaria e, assim, consegui o preparo das alumnas, tanto numa, como n’outra matéria, dando-se lições da nova disciplina (RELATORIO DA ESCOLA NORMAL DO MARANHÃO, 1899).

Em meio a esse processo, infere-se que a criação da disciplina História do Maranhão partiu da redistribuição dos conteúdos referentes à História nacional. Nesse contexto, sendo necessário delimitá-los mediante a abordagem da história dos povos americanos, Godois transformou o tema em componente curricular. À época, acumulando a função de diretor da instituição, Godois demonstra ter direcionado a organização do curso de História do Maranhão.

Ao discutir sobre a validade do ensino de História do Maranhão, Godois ressalta a importância dessa disciplina na instrução pública. Segundo o professor, “ninguém deixará de reconhecer com effeito, que pela sua especificidade essa materia deva merecer um interesse fora do comum quer no seu leccionamento, quer no seu estudo” (DIARIO DO MARANHÃO, 15 maio 1911).

Cabe ressaltar que a instituição da referida disciplina não se deu somente por distribuição de carga horária ou conteúdos. O currículo, além de mecanismo técnico é elemento político no contexto histórico e social. A iniciativa de Godois expressa suas vinculações com um “lugar social”, com seu papel no campo da intelectualidade maranhense.

Após três anos de inserção da História do Maranhão no currículo da Escola Normal, os documentos demonstram sua inclusão na instrução pública maranhense. Em 13 de abril de 1905, o governo do Estado através do Decreto de nº 47, assinado por Alexandre Collares Moreira Júnior oficializa a inclusão da História do Maranhão no currículo oficial da rede estadual.

O governo do Estado, tendo em consideração a conveniência do ensino e boa marcha dos trabalhos nas Escolas Normal, Modelo, e nos Grupos escolares, decreta:

Art. 2º - O ensino de História do Maranhão que abrangerá todo o período desde a conquista do Maranhão até a sua adesão à república, sendo graduada a sua intensidade de acordo com a categoria d'esses institutos. Terá como o de Noções de História Universal, de História dos povos americanos e História do Brasil, objectivo especial de despertar o mais possível o sentimento patriótico, sendo apreciados os acontecimentos mediante o estado de suas causas e da influência que tiveram na civilização [sic] local e destacados os personagens que concorreram para o engrandecimento e progresso do Maranhão (DIÁRIO DO MARANHÃO, 13 abr 1905).

A partir do decreto, a disciplina passou a compor os programas curriculares do ensino primário da rede estadual. Apenas o Liceu não contou com a sua inclusão em virtude da equiparação curricular com o Ginásio Nacional. Nessa perspectiva, os grupos escolares passaram a oferecer a disciplina História do Maranhão, anteriormente abordada como “conteúdo de Instrução cívica” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 3 ago 1904).

O alcance social da História do Maranhão enquanto disciplina escolar pode ser percebido nos anúncios dos jornais da época. Nesse contexto, além das noções gerais de História e da História Pátria, os serviços oferecidos pelos professores particulares passaram a incluir em seus reforços aulas de História do Maranhão.

Durante o percurso de férias, oferece o abaixo assignado, as vantagens de um ensino especial de matérias que formam o curso preparatório dos alunos dos gynasios e collegios cathegoricos. As materias são: Portuguez, Arithmetica, Geographia, Chorographia, Historia Patria, Historia da America, Historia do Maranhão e Pedagogia. Henrique Serapião Gomes Santos (DIÁRIO DO MARANHÃO, 13 nov 1906).

As bases para a caracterização da História do Maranhão enquanto disciplina escolar assentam-se em questões ideológicas e sociais próprias do contexto referente à primeira década republicana no Maranhão. O papel de Godois enquanto protagonista desse processo, sua relação com esse cenário histórico, as resistências enfrentadas pela disciplina bem como suas redefinições são os pontos a serem debatidos na próxima seção deste capítulo.

A organização do roteiro e a seleção de conteúdos tiveram Godois como protagonista. O “pai” da disciplina história do Maranhão atuou num contexto da primeira década republicana caracterizado como um cenário de crise econômica. Em sua visão, o Maranhão precisava se reerguer diante do país tendo a história obtido o caráter de “mestra da vida” (KOSELLECK, 2006).

A história colonial maranhense, que até lhe servira como inspiração para a composição do hino do Estado, nesse aspecto, é rememorada como a história-modelo, depositária do passado privilegiado do Maranhão – história

esta que poderia servir como espelho no qual as futuras gerações pudessem se mirar e identificar. Desta forma, percebemos que a formação das identidades locais, junto ao desenvolvimento do sentimento de amor à terra estavam relacionados com a reconstrução das experiências no tempo, cujo passado deveria ser lido de modo a inspirar confiança no futuro dos rumos tomados no Maranhão (MELO, 2010, p. 06).

É nessa conjuntura que se pode perceber como se forjou a tradição representada pela implantação da História do Maranhão como disciplina escolar. Na análise dos programas curriculares estabelecidos para o ensino secundário no Liceu e posteriormente na Escola Normal, pode-se perceber a caracterização do ensino de História. De início, focado no estudo da formação social e política no Ocidente, sua reorganização possibilitou desdobramentos da disciplina com a inclusão de conteúdos nacionais e, por conseguinte, regionais.

Na trajetória evidenciada pela disciplina História do Maranhão, é possível notar sua estrita relação com o contexto histórico e as expectativas dos intelectuais. De sua proveniência para a disseminação das concepções sobre a história regional com o advento da República, o saber local disciplinarizado não constituiu unanimidade em sua organização.

As considerações da pesquisa neste ponto permitem caracterizar o processo de implantação da disciplina História do Maranhão na rede oficial de ensino. Com relação ao contexto histórico, ressalta-se o caráter de transição dos mecanismos políticos e ideológicos enquanto impulsionador das alterações no currículo escolar na invenção de uma tradição.

FONTES

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, 12 jun 1880. Disponível em: <<http://www.hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 21 abr. 2014.

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, 13 abr 1905. Disponível em: <<http://www.hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, 13 nov 1906. Disponível em: <<http://www.hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, 15 maio 1911. Disponível em: <<http://www.hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 05 jan. 2014.

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, 22 jul. 1890. Disponível em: <<http://www.hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, 24 jul. 1890. Disponível em: <<http://www.hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

DIARIO DO MARANHÃO, São Luís, 3 ago 1904. Disponível em:
<<http://www.hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, 8 mar 1900. Disponível em:
<<http://www.hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, 9 abr 1900. Disponível em:
<<http://www.hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

RELATORIO DA ESCOLA NORMAL DO MARANHÃO, 1899. In: **Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros - 1890 a 1930**. Disponível em:
<<http://www.hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

REFERÊNCIAS

AMARAL, José Ribeiro do. **O Estado do Maranhão em 1896**. São Luís. Typ do Frias, 1897.

ANDRADE, Beatriz Martins de. **O discurso educacional do Maranhão na Primeira República**. São Luís, UFMA, Secretaria de Educação, 1984.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: C

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Política e Educação no Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1984.

GASPARELLO, A. M.. **Construtores de identidade: A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira**. São Paulo: Iglu, 2004.

GODOIS, Antonio Batista Barbosa de. **História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal**. II tomos. São Luís: Typ Ramos d'Almeida, 1904.

HOBSBAWN, E. & RANGER, T. (Orgs.) **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 1, p. 9-43, jan./jun, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos e ALVES, Nilda (orgs.). **Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo**. São Paulo: Cortez, 2012.

MELO, Jeane Carla Oliveira de. O Maranhão em preleções: a escrita do livro didático de história local nas primeiras décadas republicanas. In: CARVALHO, Claunísio Amorim et al (orgs). **Pergaminho Maranhense: estudos históricos**. São Luís: Café & Lápis, 2010.

RIBEIRO, Vania Mondego. **A implantação do ensino secundário público maranhense: Liceu Maranhense**. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Educação. São Luís: UFMA, 2006. Disponível em: <<http://www.tedebc.ufma.br>>. Acesso em: 20 abr 2014.

SALDANHA, Lilian Leda. **A instrução pública maranhense na primeira década republicana**. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

SAVIANI, Demerval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, Autores Associados, 2011.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Vol II – Século XIX. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

VIVEIROS, Jerônimo de. Apontamentos para a história da instrução pública e particular do Maranhão. In: **Revista de geografia e história**. São Luís: IBGE, dez 1954.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Benedito Leite: um verdadeiro republicano**. Rio de Janeiro: Indústrias Gráficas Tavira, 1957

Abstract: Research focused on historical analysis of the legitimacy of route and development of the discipline History of Maranhão in the public curriculum of state education from the year 1902, when the discipline was established, in the normal school curriculum, in São Luís - MA . The objective is to analyze how the Maranhão History discipline has been taught in the state education system through the official curriculum. Therefore, the contributions of studies on the New History, specifically in cultural history are considered. Analysis on Curriculum is based on the theoretical and methodological principles of the New Sociology of Education through the history of school subjects Ivor Goodson and Andrew Chervel that emphasizes the political aspect of the curriculum, as well as the tradition of this character in the implementation of school subjects. The research is qualitative, with the approach method, the hypothetical-deductive; and the comparative procedure as method. Therefore, to use as sources of public education regulations between 1902 and 1915, the newspaper "The Pacotilha" and "Diary of Maranhão" journals of the first decade of the twentieth century, the main textbooks addressed in the discipline and curriculum proposal the state school system in the year 2013. through the study

identifies the conception of history that guided the approach to discipline and its development in the education of students from assumptions of local history. Thus, it contributes to the writing of a new history of Maranhense Education based on the interpretation of the curriculum and its relationship with the local culture.

Key words: Curriculum; History of school disciplines; History of Maranhão.

SOBRE A ORGANIZADORA

IVONE GOULART LOPES Doutora em Educação pela PUC-Rio. Atuou como professora e gestora na SEDUC/MT; lecionou na Graduação e Pós-Graduação nas faculdades: UNIAMERICAS/CE, FAK/CE, FATE/CE e na UNEOURO/RO como professora e pesquisadora. Coordena o Grupo de Estudo e Pesquisa em História da Educação e Memória em Ouro Preto do Oeste/RO (GEPHEM-OPO), é membro do GPAE do IFRO/Cacoal; do MNEMOS da UNIR/RO e da Associazione Cultori Storia Salesiana. Rua José Wensing, n. 1782. Barra Nova – Ouro Preto do Oeste /RO – CEP: 76.920-000. E-mail: ivone.goulart@hotmail.com

SOBRE OS AUTORES

ANDRÉ LUIZ RODRIGUES CARREIRA Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social na Universidade de São Paulo (FFLCH/USP)

BERENICE CORSETTI Graduação em História pela Universidade de Caxias do Sul, Mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense, Doutorado e Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. É bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq e professora titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Integra o Comitê de Ética em Pesquisa da UNISINOS. Desenvolve investigações em temáticas relacionadas à História da Educação e às Políticas Educacionais.

BETÂNIA DE OLIVEIRA LATERZA RIBEIRO Doutora em Educação, pela Universidade de São Paulo, pós-doutorado em Psiquiatria, Neurologia e Psicologia Médica, pela USP/SP. Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – UFU e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa de História e Historiografia da Educação.

CASSIA HELENA GUILLEN CAVARSAN Mestre em Educação pela Universidade Católica do Paraná (2015). Graduada em Letras Português- Inglês pela mesma instituição. Atualmente cursa segunda licenciatura em Pedagogia, na instituição de Ensino a Distância, Uninter, e participa do grupo de pesquisa em História da Educação na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Atua como professora do Ensino Fundamental de nove anos, nas séries iniciais, na rede municipal de São José dos Pinhais, desde 2005.

DANIEL LUIZ POIO ROBERTI Graduado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2007), mestre em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (2011) e doutor em Educação pela UFF (2015). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal Fluminense (IEAR) e integrante do Núcleo de Pesquisa em Geografia Humana: Teoria, Método e Ensino (NUPEGH) e do Grupo de Pesquisa e Estudos em Geografia da Infância (GRUPEGI/Cnpq-UFF). Atua principalmente nos seguintes temas: construção dos conceitos geográficos e cartográficos no segmento básico de ensino.

DAYSE MARINHO MARTINS Doutoranda em Políticas Públicas - UFMA; Mestra em Cultura e Sociedade - UFMA; Especialista em Psicopedagogia, História do Brasil, Ensino de Filosofia e Sociologia, Educação Infantil, Ensino de História, História da África e do Maranhão, Planejamento educacional e Políticas Públicas, Neuropsicopedagogia e Ludopedagogia. Licenciada em Pedagogia, História e Filosofia; Graduanda em Psicologia e Sociologia. E-mail: daysemarinho@yahoo.com.br

ESTELA NATALINA MANTOVANI BERTOLETTI Licenciada em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1990); Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1997); Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006); pós-doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2011); pós-doutora em Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2014). É professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, atuando no curso de Pedagogia, especialização em Educação e mestrado em Educação. Foi vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (2011-2013) na mesma Universidade.

IVONE GOULART LOPES Doutora em Educação pela PUC-Rio. Atuou como professora e gestora na SEDUC/MT; lecionou na Graduação e Pós-Graduação nas faculdades: UNIAMERICAS/CE, FAK/CE, FATE/CE e na UNEOURO/RO como professora e pesquisadora. Coordena o Grupo de Estudo e Pesquisa em História da Educação e Memória em Ouro Preto do Oeste/RO (GEPHEM-OPO), é membro do GPAE do IFRO/Cacoal; do MNEMOS da UNIR/RO e da Associazione Cultori Storia Salesiana. Rua José Wensing, n. 1782. Barra Nova – Ouro Preto do Oeste /RO – CEP: 76.920-000. E-mail: ivone.goulart@hotmail.com

JOSINEIDE SIQUEIRA DE SANTANA Possui Graduação em Licenciatura Plena História pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Didática do Ensino Superior pela Faculdade São Luís de França – FSLF. Mestre em Educação pelo Programa de Pós – Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS). Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação, Instituições Escolares (UFS). Membro da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). Atualmente é professora titular – Secretaria de Estado da Educação e do Deporto. Desenvolve pesquisas nos seguintes temas História da Educação, Cultura Escolar, Educação de Órfãos, Educação Confessional.

MARIA APARECIDA ALVES SILVA Possui graduação em Pedagogia pela Universidade de Rio Verde. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente é acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFU (Doutorado), Linha de Pesquisa História e Historiografia da Educação. Orientadora educacional da Secretaria Municipal de Educação de Rio Verde/GO desde o ano de 2003.

MARIA AUGUSTA MARTIARENA DE OLIVEIRA Licenciada em História pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Mestre e doutora em Educação – linha de pesquisa Filosofia e História da Educação pela mesma instituição. Realizou seu estágio pós-doutoral na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. É

professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Osório.

RENATA DE SAMPAIO VALADÃO Mestre em Educação - UEMS Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - Unidade Universitária de Paranaíba; Especialista em Gestão de Pessoas e Finanças - FIRB Andradina/SP (2010) e Gestão Empresarial e Controladoria - FIU Pereira Barreto/SP (2005); Graduada em Administração pelas Faculdades Integradas Urubupungá/SP (2004). CRA/SP n. 114984. Membro do GEPHEB - Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira - UEMS. Atualmente ocupa o cargo de professora nos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Psicologia das Faculdades Integradas Urubupungá e coordena as atividades de Estágio Supervisionado; Atividades Complementares e Trabalho de Conclusão de Curso.

ROSEMEIRE SIQUEIRA DE SANTANA Possui Graduação em Licenciatura Plena Pedagogia pela Faculdade São Luís de França - FLSF. Especialização (andamento) em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Jardins – FAJAR. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre História do Ensino Superior – GREPHES (UFS). Membro da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). Atualmente é professora titular - Secretária de Estado da Educação e do Desporto, e da Secretária Municipal de Educação Estância/SE. Desenvolve pesquisas nos seguintes temas História da Educação, Cultura Escolar, Educação da Infância Pobre, Educação Confessional, Pedagogia Espírita.